

O estigma do “flagelo”: fluxos migratórios e controle social na seca de 1877

Thiago Alves da Silva
Francisco Leonardo Silva Alencar

Resumo

O presente estudo tem como enfoque a análise de duas temáticas concernentes ao Período Imperial no Ceará, propondo uma discussão sobre os processos migratórios de ocupação de espaços físicos em regiões diferentes da província, tendo como pano de fundo a seca de 1877. Em um primeiro momento, é trabalhada a construção de um imaginário acerca do Cariri cearense como sendo o “oásis do sertão”, discurso proposto pela elite liberal com teor dominante sobre as classes subalternas dessa região, expondo a chegada dos imigrantes ao Cariri cearense, fugidos da seca e se deparando com mudanças nas relações sociais. Na segunda parte é abordada a temática vinculada ao processo de chegada de *corpos desvalidos*, também fugidos da calamidade de 1877, a capital Fortaleza e como foi a assimilação da chegada desses fluxos migratórios com a existência de um pensamento modernizador sobre o espaço e as vivências, encabeçados por uma elite econômica cearense.

Palavras-Chave: Seca. Migração. Controle Social.

The stigma of the scourge: migration flows and social control in the drought of 1877

Abstract

The present study focuses on the analysis of two themes concerning the Imperial Period in Ceará, proposing a discussion on the migratory processes of occupation of physical spaces in different regions of the province, against the background of the drought of 1877. At first, the construction of an imaginary about Cariri from Ceará as the “oasis of the hinterland”, a discourse proposed by the liberal elite with a dominant content on the subaltern classes of that region, exposing the arrival of immigrants to Cariri from

Ceará, fleeing from the drought and settling facing changes in social relations. In the second part, the theme linked to the process of arrival of helpless bodies, also fleeing from the calamity of 1877, the capital Fortaleza and how was the assimilation of the arrival of these migratory flows with the existence of a modernizing thought about space and experiences, headed by an economic elite from Ceará.

Keywords: Drought. Migration. Social Control.

Texto integral

Introdução

A Província do Ceará nos oitocentos, compreendendo ainda um contexto imperial, vivia uma fase de suposto desenvolvimento econômico, mas que logo se depararia com fatores que iriam levar esta localidade a se remodelar como espaço urbano físico e gerador de imaginários culturais da própria população, tudo isso perpassado por uma efervescência no campo das ações de teor civilizatório e componentes como as raízes da formação econômica, política e social do Ceará. Esses fatores são compreendidos sob a ótica das secas, com ênfase para a grande seca de 1877 e as moléstias que se disseminaram naquela época, elementos que servem de base para a compreensão da busca do controle social da pobreza, da migração, saúde pública e mudanças nas relações com a terra.

De pronto, é preciso atentar para a ideia de sertão¹ como espaço físico atuante e modelador de relações sociais. No caso da capitania, é perceptível nesse local a existência de disputas que serviram de base para a formação do povo cearense, estando intrinsecamente ligadas a constituição dos componentes físicos e elementos subjetivos

¹ Segundo Amado (1995, p. 148) de forma simplificada, pode-se afirmar, que às vésperas da independência, "sertão" ou "certão", usada tanto no singular quanto no plural, constituía no Brasil noção difundida, carregada de significados. De modo geral, denotava "terras sem fé, lei ou rei", áreas extensas afastadas do litoral, de natureza ainda indomada, habitadas por índios "selvagens" e animais bravios, sobre as quais as autoridades portuguesas, leigas ou religiosas, detinham pouca informação e controle insuficiente.

culturais do povo, sendo válido ressaltar que a própria colonização do espaço provincial perpassou crucialmente por essas vias interioranas.

Esse sertão cearense, desbravado e em processo de mudanças, fora então palco de uma série de tentativas de colonização que acabaram por fomentar conflitos nessas regiões tendo como objetivo o exclusivismo das áreas encontradas por colonos, e habitadas por indígenas da região, principalmente. Foi a partir desse cenário que se constituiu por um longo tempo a economia que sustentava os alicerces da capitania desde o período colonial, perpassando até os tempos de império.

Desde o processo de colonização da região, a economia da Província do Ceará estava fundamentada na atividade pecuária e na agricultura de subsistência, compondo assim um contexto agrário onde as relações sociais eram determinadas entre a submissão do sertanejo aos senhores de terras e o controle destes na vida da coletividade. Segundo Cunha (2018, p. 99) a economia pecuária era fundamentada no trabalho livre, que dada as suas características de operação, inviabilizava o emprego de trabalho escravo. A curtição de solas e pelicas era praticamente a única atividade industrial de destaque na província, sendo realizada por meio de técnicas rudimentares no interior. Portanto, se mostra de forma nítida que o sertão, para o Ceará, acabou sendo um espaço constituído por diversas tensões, por estar diretamente ligado ao processo econômico das localidades, o que gerou inúmeras mudanças que culminaram na composição contemporânea do estado.

No decorrer da colonização, novos elementos foram surgindo provocando alterações na estrutura econômica cearense que serviram de molde para uma nova conjuntura local, com novos atores inseridos na composição da base social cearense. Servindo de peça-chave em todo esse processo, a inserção da economia algodoeira no cotidiano da região foi um ponto fundamental para o desenvolvimento econômico da província, propiciando novas relações de comércio e um crescimento financeiro concentrado nas mãos de grupos que representavam a elite da província. De acordo com Silva (2011, p. 55 *apud* CUNHA, 2018, p. 102), o gado representava a base

econômica da região, porém foi o ciclo² do algodão que possibilitou a entrada de um significativo volume de capital para o Ceará. Com o passar dos anos, sem abandonar a pecuária extensiva, a província do Ceará passou então a se amparar economicamente no plantio do algodão.

O cultivo do algodão era corrente em Pernambuco e no Maranhão. Nos anos finais do século XVIII, as lutas pela independência americana provocaram escassez do produto no mercado internacional, já sob controle britânico, fato este indutor do aumento da produção brasileira, ao qual se juntou, na época, um posicionamento econômico lusitano de cunho fisiocrático. Sobre o mais, nos anos derradeiros daquele século, a Capitania se viu assolada por longa seca, quando o rebanho bovino foi em maior parte dizimado. A soma dessas ocorrências redundou na introdução e na expansão do plantio do algodão no Ceará, incentivado por comerciantes portugueses moradores na vila do Forte. (CASTRO, 2014, p. 29).

O crescimento do cultivo do algodão proporcionou tornar este produto na principal riqueza da província ao longo do século XIX e a importância dessa nova conjuntura trouxe consequências na reformulação do incipiente quadro urbano cearense e dos seus sistemas de intercomunicação viária. Lemenhe (1991 *apud* BRUNO; FARIAS, 2011, p. 43) acrescentam ainda que com a separação de Pernambuco em 1799 e o desenvolvimento do comércio exportador algodoeiro, criaram-se as condições econômicas e administrativas para iniciar o longo processo que tornaria Fortaleza, na segunda metade do século XIX, o principal núcleo urbano do Ceará, rompendo a hegemonia, até então, de Aracati. Fortaleza então acabou adquirindo o *status* de cidade, ainda no século XIX, após essa cisão e, principalmente, com a inserção do Ceará na

² A ideia de ciclos econômicos foi amplamente debatida pela historiografia brasileira, Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira, apontam que contribuições como as de Antônio Bassos de Castro, foram importantes para o entendimento da história do Brasil, nas palavras dos autores: “No primeiro caso, para Castro (1971) era absolutamente insatisfatório considerar a história do Brasil como uma justaposição de etapas ou “ciclos” que se sucediam “saltando” de um local e produto para outro.” Nesse sentido, entendemos a economia de forma dialética, ou seja, que ela não ocorre em ciclo, mas em cada região essa economia se adapta as condições existentes transformando-se diante das crises. “Assim, esvaziamento, introversão, substituição e superação apareciam como processos envolvendo as atividades de uma determinada região face a crise de suas principais atividades.” (LINHARES, 1995, p. 23); ainda sobre esse tema ver CASTRO, 1971.

divisão internacional do trabalho, agregado à condição de centro exportador de algodão, beneficiado com a abertura dos portos, em 1808, que permitiu a cidade conseguir gradativamente impor sua hegemonia na organização urbana cearense.

No bojo dessas modificações e dos lucros oriundos da exportação, a cidade seguiu com um fluxo tanto de expansão como de modernização, financiado por grupos que compunham a elite comercial cearense. Porém, a tão almejada modernização do espaço físico acabara esbarrando em fatores que acarretaram mudanças no rumo das decisões e planos propostos por essa classe. Dentre esses principais fatores estava a devastadora calamidade climática da seca de 1877, vinculada a incidência de moléstias de caráter epidêmico, espalhadas por toda a província, como varíola e beribéri, que acabaram por constituir fatores de desagregação da vida econômica e social cearense, pois, ocasionaram uma massa de pessoas em situação de miséria, rumando para capital, fugindo das moléstias e da calamidade climática (advinda da seca), trazendo assim, implicações sociais e políticas. Outra ótica analisada na presente pesquisa diz respeito ao Cariri cearense, região situada no extremo sul do Ceará, que durante a segunda metade do século XIX possuía economia majoritariamente agrária, vinculada a diversos tipos de trabalhos agrícolas, a agricultura de subsistência, agregados e senhores de engenhos. Diante desse cenário, apresentavam-se diversos tipos de mão de obra: trabalhadores “livres” assalariados, vaqueiros, meeiros, trabalhadores escravizados, entre outros. É dentro dessa conjuntura que buscamos analisar o processo de migração de trabalhadores das províncias vizinhas para essa região e os discursos da classe senhorial³ liberal sobre esses trabalhadores que migravam nos períodos de seca. Para essa análise utilizaremos como fonte, o jornal *O Cearense*⁴, órgão ligado ao Partido Liberal no Ceará.

De acordo com Irffi (2018, p. 56) esta região era formada por algumas cidades que eram centrais, do ponto de vista econômico, principalmente para as classes

³ Sobre o conceito de classe senhorial, conferir SALLES, 2012, p. 6. Sobre a propriedade senhorial, conferir (BENATTI, 2008, p. 214).

⁴ Sobre este periódico, conferir FERNANDES, 2004. p. 36.

senhoriais locais, sendo elas Crato e Barbalha. Mas pensar o Cariri como território incluía também as vilas de Missão Velha, Milagres, Jardim e a Serra de São Pedro, todas essas estavam ligadas à Comarca do Crato, portanto, neste contexto, o Cariri era formado cidades e vilas. O Cariri cearense, por estar situado no extremo Sul da província do Ceará, fazia divisa com três outras províncias: Paraíba, Piauí e Pernambuco. É nesse espaço, sendo este termo compreendido não apenas como fronteiras administrativas ou marcos geográficos, mas, na perspectiva do espaço/região como fruto de um processo histórico, entrelaçado a costumes, cultura, disputas e controle dos corpos⁵, assim, é nesta região do Cariri, que tinha um ampla circulação entre as vilas e províncias vizinhas que observaremos o processo migratório dos trabalhadores pobres para esta região, na seca de 1877, e os discursos da classe senhorial liberal sobre essas migrações e as preocupações, embates, formas de controle social, buscando entender essa estrutura de relações sociais que se evidenciou com a seca daquele referido ano.

Os “flagelados” da terra: terra, trabalho e migração para o Cariri cearense na seca de 1877

Ana Sara Cortez Irffi (2018, p. 41) aponta que a Região do Cariri cearense, situada no extremo sul do Ceará foi descrita pela historiografia tradicional como um “oásis no deserto”. Esse processo de construção de imaginário se deu por uma parte da historiografia, como nas obras de Irineu Pinheiro, referente à Região do Cariri cearense e desenhada pelas classes dominantes locais⁶. Ele resultou dos interesses econômicos que esses senhores de terras buscavam, ao diferenciar o Cariri do restante do sertão. Para Reis Junior (2014, p. 38-39), aquela construção do Cariri como “oásis do Sertão” se funde a uma identidade regional, advinda principalmente das elites, assim como esses

⁵ Sobre o conceito de região, conferir REIS JUNIOR, 2014, p. 30).

⁶ Ao longo da pesquisa encontramos algumas referências no Jornal O Cearense citando o Crato e a Chapada do Araripe como Oásis: (...) *não temos 20 ou 30 contos para abrir uma estrada de carros de ló ao Crato para comunicar aquella rico oásis(...)*. (O Cearense, 1857, p. 2). (...) *A população, que se houve com mais imprevidências escolhas para seu abrigo os oasis do Araripe (...)*. (O Cearense, 1877, p. 1).

discursos foram utilizados como formas de dominação das classes subalternas dessa região. Ou seja, a construção dessa identidade regional de um “oásis em meio ao sertão” tinha como objetivo “passar” a ideia dessa região como espaço diferenciado, propício a agricultura, ao trabalho na lavoura, um espaço economicamente estabelecido; buscaremos assim, compreender a transformação desse discurso diante da seca.

O periódico *O Cearense*, no início do ano de 1877, nas suas primeiras edições daquele ano já noticiava a seca por diversas partes do Ceará, como na edição 0002, em que noticia que a seca tem atingido Sobral, provocando perdas significativas na pecuária (principalmente o gado). Da edição 0003 até a 00013 noticiaram as secas na província do Rio Grande do Sul. Já na edição 00014 deste periódico, havia uma espécie de retrospectiva das últimas secas, apresentando este “fenômeno climático” como eventos comuns na província do Ceará.

Secca. – Este anno parece destinado á celebração do triste cenário de uma secca formidável. São escassas ou nenhuma as chuvas até agora, e a perda de gados na província já é mui consideravel. Assim foi em 1777. Nessa época disia o governador da capitania, que o gado ficou redusido a um oitavo. Já em 1825 tivemos o centenário de outra secca, - a que começou em 1824 terminando-se em 1828. Esta occasionou a morte e a dispersão dos indios com incalculável prejuiso para a colônia nascente. Nos fallas della Accioly, em suas memorias, dizendo que o flagelo se estendeu por todo norte da Bahia. séccarão os correntes e brejos de missão-velha, obrigando a população do pequeno arraial a se transferir para Missão-Nova, o que dá uma idéa da demora da chuva. Si o triste prognostico se não desmente, temos ahi o começo do fim da situação economica. Será espantoso o regresso, e as cousas mudarão inteiramente de aspecto. Pode bem ser que dahi resulte também alguma vantagem. A secca de 1845 nos ensinou o açude, esta nos ensinará talvez o açude máximo. O Ceará é um solo fertilíssimo, e que só precisa d'agua, que o lava inutilmente para ir perder-se no oceano. (grifos nossos). (O Cearense, 1877, edição 00014, p. 3).

A classe senhorial liberal apontava para a experiência com as secas anteriores, argumentando que com a seca vindoura a província poderia ter ganhos, desde que soubesse “canalizar” os recursos disponíveis para obras como a construção de açudes. Tal argumento reflete o pensamento liberal, que passa a enxergar a seca como uma

oportunidade para a “obtenção de melhorias”, muitas vezes em benefício próprio. E assim, passaram a planejar a utilização da mão de obra dos retirantes nas obras públicas, que foi uma proposta dos liberais⁷. Segundo Frederico Neves (2007, p. 83) as experiências com as secas passadas possibilitaram à classe senhorial liberal, pensar formas de utilização da mão de obra dos retirantes, formas de “pensar” que vão ao encontro do pensamento conservador que, buscando manter laços clientelistas, defendiam o socorro direto e a “esmola” como forma de manter as estruturas paternalistas já consolidadas na província do Ceará nesse período.

Historicamente liberais e conservadores possuíam interesses entrelaçados, relacionados a questões de interesses pessoais da classe senhorial, e ora se aproximavam, ora se afastavam, de acordo com esses interesses. Cabendo ressaltar que tais partidos não tinham propostas políticas concretas, nem mesmo um programa de governo a ser apresentado. Ricardo Fonseca (2006, p.66) quando estuda sobre a cultura jurídica brasileira, aponta para certa adaptação existente no liberalismo vigente no Brasil à formação social escravista e a manutenção do trabalho escravo. Assim, entendemos que quando tratamos de liberalismo no Brasil Império, essa é uma questão fundamental, a adaptação desse modelo político aos interesses da classe senhorial e intelectuais desse período. Porém, quando adentramos os “brasis profundo”, essas questões partidárias estão muito mais ligadas a disputas de clãs do que às ideologias políticas propriamente ditas. Abelardo Montenegro (1980) quando aborda sobre a formação política do Ceará, nos apresenta pontos importantes sobre as disputas partidárias nesta província, o mesmo aponta que os conflitos entre partidos, não passavam de disputas de interesses dos clãs pelos poderes locais.

Diante disso, quando pensamos os processos migratórios para o Ceará, durante a seca de 1877, e os discursos sobre esses trabalhadores, compreendemos a sua relação com essas disputas familiares pelos poderes locais, a utilização de mão de obra, a manutenção de redes de influência, todas essas questões se entrelaçam a questão da

⁷ Sobre a questão das propostas liberais, de através das obras públicas interferir nas estruturas produtivas do sertão, conferir NEVES, 2007.

seca, evidenciando esse “jogo de interesses” na província. O período chuvoso no Ceará geralmente ocorre entre os meses de janeiro e maio; no ano de 1877, no mês de fevereiro, segundo notícias vindas de Milagres, as chuvas estavam regulares, ou seja, não existia ainda uma previsão de seca, mas, havia notícias de um severo período de estiagem em províncias vizinhas:

Milagres. – Comunicação-nos d’ali: “O inverno por aqui tem ido muito regular. As chuvas que, começaram em novembro do anno passado teem sido contantes até agora.” “Conta que os sertões do Piancó (Parahyba do Norte), vão Atravessando uma secca terrível, e que á não ter chovido até o ultimo de janeiro não fica gado para semente.” “E’grande o numero de emigrantes que se retirão d’estes sertões para o nosso Cariry.” (O Cearense, 1877, edição 00015, p. 3).

Como noticia o periódico, a seca ainda não havia sido anunciada no Cariri, mas nos sertões vizinhos ela já havia se iniciado, ocasionando a migração de trabalhadores para a região caririense. Esse processo de circulação e migração entre províncias circunvizinhas não foi um fator único da seca de 1877, ele já havia ocorrido em outros períodos, tornando-se uma questão frequentemente debatida entre a classe senhorial local e os dirigentes da Província do Ceará⁸. Os apontamentos feitos por Ana Sara Cortez Irffi (2018, p. 57) sobre o processo de definição do Alto Sertão, nos confirmam esse trânsito entre as províncias vizinhas e o Cariri Cearense, mas, sobretudo a preocupação da classe senhorial e dos governantes em ter um controle sobre esse trânsito. Outro ponto a se considerar é a questão da visão que essa a classe dominante tinha sobre essa população migrante, era uma visão de criminalização desses trabalhadores, vendo-os como um perigo para a construção de um Cariri pautado na civilidade e na caridade.

⁸ “Em 29 de novembro de 1834, o então presidente do Ceará, José Martiniano de Alencar enviou um ofício ao juiz de direito da Vila de Jardim advertindo que era constante a passagem entre os termos das Províncias do Ceará com Pernambuco, em direção ao rio São Francisco, e também à Paraíba. Incomodava, de acordo com o documento expedido pelo presidente, a passagem de pessoas que classificou como criminosas entre as fronteiras e, mais ainda, a facilidade com que iam e vinham em todo momento, desconsiderando quaisquer limites”. (IRFFI, 2018, p. 61)

Esse movimento, o trânsito entre essas províncias aumentava nos períodos de seca, como aponta Neves (2018, p. 101), as populações pobres saíam das províncias afetadas pela seca e procuravam os brejos, serras e lugares férteis e úmidos para estabelecer sua plantação ou buscar serviços nas fazendas dos senhores de terras.

(...) Nas épocas mais desgraçadas do século actual, este lado da provincia (Telha, atual Iguatu) – o valle que demora entre as serras da Ibiapaba e suas dependencias ao noroeste da d’esta cidade, de um lado e do outro o Alto Sertão (Cariri)⁹, foi sempre visitado por chuvas, capazes de crear forragens e permitir boas colheitas de legumes. As nossas serras eram, então o celeiro habitual de grande parte da provincia (grifos nossos), e os nossos campos supriam de gado os mercados próximos. (O Cearense, 1877, edição 00032, p. 1)

Assim, podemos perceber que essas regiões de serras e brejos¹⁰ tinham um papel importante na economia do Ceará, e conforme as informações do periódico citado, essas serras assumiam um papel de lugar de refrigério nos períodos de seca. Assim as regiões serranas eram os alvos desses imigrantes, tendo em vista que estas tinham solos mais úmidos e propícios para a plantação. No relato anterior podemos constatar que essas regiões eram o “celeiro” habitual da província; com as mudanças em relação a propriedade de terra, na segunda metade do século XIX, essas terras se tornaram cada vez mais valiosas, adquirindo “status” de mercadoria, o que se tornaria mais intenso ainda com as consequências da seca, tornando-se ainda mais valiosas, considerando-se a sua fertilidade e seu potencial produtivo.

Frederico de Castro Neves (2018, p. 102) aponta que houve uma transformação nas relações paternalistas com o avanço da agricultura comercial; no caso do Ceará, a produção de algodão levou a essa transformação na produção e nas relações clientelistas. Os agregados que viviam nas terras dos senhores e que nos períodos de estiagem recebia sua “proteção”, se depararam com um processo diferente, a terra fértil para plantar já não era mais concedida, devido a sua destinação para a plantação do algodão. Castro Neves (2018) aponta que essa transformação estava vinculada a dois

⁹ Sobre o conceito de Alto Sertão, conferir Ana Sara Irffi in REIS JUNIOR (org.) et al, 2018.

fatores: o primeiro estava ligado a Lei de terras de 1850, que “transforma” a terra em mercadoria, incentivando a especulação imobiliária e fazendo com que essas terras férteis se tornassem ainda mais valiosas, terras que eram justamente para onde os trabalhadores pobres migravam em períodos de estiagem; sendo eles: as serras, as áreas litorâneas e o sul da província, onde se situa o Cariri cearense. O segundo fator seria a guerra civil nos EUA, que estimulou o aumento da produção do algodão no Ceará.

Essa valorização da terra em algumas regiões, bem como as mudanças no seu uso, voltando-se para uma agricultura comercial, portanto, para o mercado, ocasionou uma mudança significativa nas relações sociais entre senhores e trabalhadores. A propriedade de terra passou a ser um bem valioso e o grande número de trabalhadores pobres que em períodos de estiagem migravam para o Cariri tornou-se uma ameaça à segurança dessas propriedades. O periódico *O Cearense*, noticiava a seca em todas as partes da província, mas somente no mês de abril veio a ocorrer a seca propriamente dita no Cariri, diante desses fatos, *O Cearense* apresentou a seguinte matéria:

Secca. – A Barbalha tambem lucta com os horrores da secca. Eis o que d’ali nos escrevem: “preocupa actualmnte a atenção publica a falta de gêneros alimentícios. O inverno tem desaparecido e a colheita está toda perdida! Todos os dias chegão dos sertões visinhos famílias pobres cobertas de andrajos e famintas, pedindo um pouco de alimento para saciarem a fome que os acabrunha!!! E’ lamentável por certo a quadra que atravessamos. Seria preciso que o governo compenetrasse-se de seu dever e tratasse de enviar algum socorro! Dir-se-ha que não ha generos no paiz e nem possibilidade de os remeter, atenta a falta de pastagem das estradas para alimento dos animais de cargas, não tendo o governo neste caso o que fazer. Assim parece mas não penso deste modo. O Cariry não se acha neste caso. Com a aguade que dispõe para a irrigação, com a uberdade do seu solo, bem conhecido, pode, com o espaço de 6 a 10 meses, offerecer a seos habitantes mandioca, milho, feijão, batatas etc. (...) Não se pode descrever ao vivo o clamor, a desordem que vae por entre todos sem distincção, pois todos se acham ameaçados. (...) A população desvalida já ameaça assaltar os que estão em melhores condições. (grifos nossos). (O Cearense, 1877, edição 00035, p. 3)

Neste “relato” da situação da severa seca que atingia regiões do interior, ao passo que se noticiava a seca, ressaltava-se as características naturais do Cariri, suas águas e o seu solo fértil, o que nos remete novamente ao discurso do Cariri como um “oásis do sertão”, um lugar de refúgio diante da seca que afligia os sertões vizinhos. Neste cenário de dificuldades e tensão social, a classe senhorial, que muitas vezes se apresentava como “caridosa” e preocupada com a situação dos retirantes e da população carente, na verdade preocupava-se com os riscos que esses imigrantes poderiam causar para as suas posses e propriedades. De forma que, tanto clamavam por socorro aos pobres como reivindicavam os seus direitos de propriedade, diante da ameaça do grande número de famílias famintas e desamparadas.

O que podemos destacar é que a migração para essas regiões de serras, como é o caso do Cariri cearense, tornou-se uma prática costumeira para a população pobre¹¹, tantos dos sertões internos quanto externos, como noticiado nas edições 00032 e 00035 do periódico *O Cearense*. Porém, no que concerne as relações com a terra, mudanças estavam em curso, ocasionadas pelo plantio do algodão como produto para exportação e os efeitos da Lei de terras de 1850. Quando esses camponeses chegam a essas regiões, não encontram terras disponíveis para suas plantações de subsistência, se deparando com terras cercadas e protegidas pelos grandes senhores de terras dessa região. Assim, como bem destaca Frederico de Castro Neves, essas mudanças ocasionaram um rompimento com as formas tradicionais paternalistas que se desenvolviam até então na província, passando de um modelo onde os “coronéis e suas

¹¹ Quando nos referimos que essa é uma questão costumeira desses trabalhadores pobres, temos em mente dois pontos, primeiro a Região do Cariri cearense fazer fronteira com outras províncias como Pernambuco, Paraíba e Piauí, tendo grande movimentação entre essas, pequenos produtores que vendia sua produção nos mercados do Cariri, viajantes, que atravessava essa região, como apontado anteriormente. Segundo em busca de refúgio em períodos de secas, devido a região ser cercadas por serras e brejos, esses trabalhadores pretendendo se estabelecer nos currais abandonados ou buscando trabalho nas grandes propriedades, dessa forma, é uma questão costumeira a esses trabalhadores migrarem para regiões sobrevivência. Dado que as secas na região nordeste aconteciam com frequência, torna-se costume migrar para as regiões cercadas por serras e brejos. Para aprofundar sobre essa questão conferir: VILLA, 2000 e NEVES, 2000. Sobre as secas no Ceará até 1850 conferir VIEIRA JÚNIOR, 2008, p. 37-50.

caridosas esposas” prestavam socorro aos retirantes, ofertando abrigo e trabalho em suas terras, para um modelo onde o Estado passou a ser o principal responsável pelo “socorro” a esses retirantes (NEVES, 2018, p. 107).

Diante dessas transformações, que mantinham a classe pobre trabalhadora na condição de dependência, antes dos grandes proprietários de terras e “agora” do Estado, novas estratégias de sobrevivência e formas de resistências surgiam, como os pequenos furtos e os saques, que passaram a ser noticiados com frequência.

Milagres, 13 de maio. – Está declarada a secca em todo Cariry e nos vastos sertões da Parahyba e Rio Grande do Norte. E' sem duvida o centenário da grande secca de 1877 de que falam as chonicas. A fome e a meseria apresentam-se ameaçadoras com um aspecto sinistro. O piacó, na Parahyba, está se despovoando. Só d'ali existem no Cariry mais de 700 pessoas, expatriada pela fome. Ao par da miséria, aparecem os desordeiros que se alliando aos criminosos ameaçam-nos com saque! (O Cearense, 1887, edição 00046, p. 2)

A formação de bandos, com o intuito de realizar saques, noticiada pelo periódico *O Cearense*, pode ser vista sob diferentes ângulos. Na “visão” da classe senhorial e da elite provincial como um todo, tratava-se de vandalismo, atos de criminosos e “vagabundos”, porém, do ponto de vista das relações sociais de dominação e exploração reinantes naquela época, pode ser vista como uma forma de organização desses trabalhadores pobres, que sem terras para plantar, ora por causa da seca, ora por causa do aumento da agricultura voltada para o mercado, buscavam formas de resistir, coletivamente ou individualmente. Entendemos essas formas de resistência desde o pequeno roubo até os saques realizados de forma coletiva como forma de resistência camponesa¹².

O Cearense, como veículo de imprensa dominado pela classe senhorial liberal, ao passo que noticiava, criminalizava a ação desses trabalhadores pobres, indiscriminadamente. Esses trabalhadores pobres na tentativa de sobreviverem, em

¹² Conferir SCOTT *et al*, 2002.

busca de alimento ou trabalho, passaram a ser, muitas vezes, recebidos à bala, quando passavam-se por invasores, como “pragas” que procuravam “empestar” as propriedades, como podemos depreender na descrição a seguir.

No Cariri, por exemplo, zona sul do Estado e área mais úmida, - que resiste melhor à estação da seca e, portanto, junto com a área litorânea, é mais procurada pelos agricultores em fuga -, os descuidados invasores eram recebidos à bala e “rara era a noite em que as des horas não se ouvissem (...) o estampido do bacamarte do assassino” e “raro era o dia em que não amanhacessem na vizinhança dos cannaviaes quatro a cinco cadáveres de infelizes” Mas “o crime ficava impune, porque o retirante era considerado como cão leproso que ia empestar a terra alheia”. (THEOPHILO, 1922 *apud* NEVES, 2000, p. 29)

Assim, esses trabalhadores buscavam se organizar em bandos, para tentar a sobrevivência, enquanto a classe senhorial, preocupada com suas propriedades os recebia a tiros, ceifando vidas e expressando um sistema excludente e violento, que ignorava as necessidades daqueles mais necessitados. Além disso, tais crimes ficavam impunes e eram divulgados de forma banal e ideológica pelo principal periódico liberal daquela época, o jornal *O Cearense*. Continuavam os relatos sobre saques e roubos: “(...) constava que esta e outras quadrilhas têm commettido outros roubos e atentados contra a vida e a propriedade de pacíficos habitantes dos sertões e tambem do Cariry.” (*O Cearense*, 1877, edição 00048, p. 2).

Essas formas cotidianas de resistência conseguiam pressionar os senhores de terras a atenderem as reivindicações desses trabalhadores, bem como era uma forma de chamar a atenção das autoridades (o Estado, o poder público) para as carências e necessidades da população. No caso dos camponeses pobres que chegavam dos sertões vizinhos, buscavam pressionar tanto o governo provincial como a classe senhorial por medidas de “socorro” as suas necessidades.

Aqui tenho em mente as armas comuns dos grupos relativamente sem poder: fazer “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem

e outras armas dessa natureza. Essas formas brechtianas de luta de classe têm certas características em comum: requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de auto-ajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite. Entender essas formas comuns de luta é entender o que muitos dos camponeses fazem nos períodos entre as revoltas para melhor defender seus interesses. (SCOTT, 2002, p. 12)

Assim, podemos considerar, a partir de determinado ponto de vista, que esses trabalhadores não representavam uma leva passiva diante do poder e do controle dos senhores de terra, buscavam formas de pressionar as classes dominantes, para que pudessem de algum modo, assegurar a sua sobrevivência. Em julho de 1877, uma carta vinda do Crato, expressava a preocupação da classe senhorial em relação a presença cada dia maior dos retirantes:

Confrange o coração referir o estado d'esta freguezia. A par da penúria da nossa safra, já de si insuficiente para socorrer ás pessoas do lugar, sobrem a corrente de emigrantes que progredindo de um modo espantoso, duplicará se não triplicará o numero de esfameados. As praças, as ruas, as estradas, os sítios e engenhos vivem noite e dia invadidos por uma miríade de pedintes, cada qual o mais nú e mais osqualido a reclamar que se lhe prolongue a vida. Ninguém se julga garantido no mais recôndito de sua casa: ahi mesmo penetra a soberania da fome. Algumas famílias se tem visto forçadas a partilhar a sua refeição com esses infelizes que o insticto da vida arrasta a esquecer qualquer outra razão que não entenda com a sua barriga. Os generos alimentícios depois de atingirem um preço fabuloso desaparecerão completamente do mercado. A excepção da rapadura por que estamos na plenitude da safra, e alguma farinha, o mais não se encontra absolutamente. Constitue por agora a principal alimentação do povo a canna que tende a desaparecer com a terminação da safra; e n'este extremo é doloroso pensar o que virá a ser de nós. Viremos a ter verdadeiro communismo, pois e absurdo supor que a fome se contenha ante a lei, ante o direito de propriedade, ante a força, ante as baionetas mesmo, desde que ella é a lei das leis. (grifos nossos). (O Cearense, 1877, edição 00064, p. 3).

A classe senhorial e as autoridades locais demonstravam preocupação diante da situação, com a invasão de propriedades, a escassez de alimentos (que mal estava sendo

suficiente para atender a população já estabelecida na região), enfim, o que fazer com o enorme contingente de pobres e retirantes que passou a povoar a região. Para Neves (2003, p. 174) outro ponto a ser observado é a caridade como algo comum aos senhores que advém de uma relação paternalista, clientelista; a alimentação, a doação, a esmola, fortaleciam esses laços, porém, ao mesmo tempo surgia uma preocupação com relação até quando conseguiriam manter essa prática diante da escassez de alimentos.

Dessa forma, a classe senhorial esgotava as suas possibilidades de resolver os problemas sociais e manter essa relação paternalista, conseqüentemente, passando para o Estado a responsabilidade sobre esses trabalhadores. Outro ponto a ser destacado é que diante do aumento da pobreza e da fome na região, o que colocava à propriedade da terra ameaça constante, e as ações dos retirantes como o saque era uma consequência dessa situação, a lei, diante dos fatos não iria funcionar, nem mesmo as baionetas não seriam capazes de parar esses “esfomeados”. Neves (2003) destaca ainda que:

Um “levante geral dos pobres”, em um contexto de miséria e sofrimento e de ações legitimadas pela seca, parecia mais plausível do que nunca. As ações de caridade e proteção, assim, como parte desse “pacto entre desiguais”, tornam-se mais do que necessário, mas plenamente urgentes, articulando um ambiente “emergencial” em que surge como solução imediata e conhecida. (NEVES, 2003, p. 172)

Com as transformações e ameaças de um levante legitimado pela seca, a classe senhorial buscava novas estratégias para manter um controle sobre esses trabalhadores pobres, que diante da miséria e das transformações nos usos da terra, provocadas pelo avanço do capitalismo, buscavam se adequar a esse novo modelo de produção voltado para o mercado externo, tal modelo de produção excluía as classes subalternas do acesso à terra, alterando as relações de controle sobre elas. Ao chegar ao Cariri, e se deparar com essas adversidades e condições em relação à terra e ao trabalho, passa a haver um fluxo migratório rumo a capital. O Cearense, trazia relatos sobre esse processo:

Retirantes do Cariry. – uma pessoa chagada homtem do 3º districto disse-nos que vem á caminho desta capital bandos enormes de emigrantes, que se tendo abrigado no valle do Cariry, virão-se desesperados de recursos, que já não podem receber ali e vem aqui procurar abrigo e pão. Grande parte desses infelizes não chegará aqui; a morte os colherá em caminho. (O Cearense, 1877, edição 00089, p. 2)

Assim os trabalhadores que migraram de várias regiões da província e de províncias circunvizinhas para o “oásis do Sertão”, chegando a esta região e se depararem com as mudanças nas relações sociais, que estavam principalmente relacionadas as mudanças ocasionadas com a Lei de terras de 1850, fruto do desenvolvimento do capitalismo, mudam as relações dos senhores com a terra. A posse da terra passou a ter não apenas valor como prestígio social, mas também econômico, como mercadoria e a grande lavoura tomou o lugar da agricultura de subsistência, fazendo com que os trabalhadores retirantes que antes se abrigavam no Cariri não encontrassem onde morar e plantar, o que os fez migrar rumo ao litoral.

A penúria da seca¹³ de 1877 e o controle social em Fortaleza nos oitocentos

Ao longo de todo o século XIX, a Província do Ceará foi atingida diversas vezes por grandes catástrofes, como as secas e as epidemias que tinham como consequência direta a fome, as mortes e o deslocamento populacional que provocavam sofrimento e dor a população pobre desta província. Esses desastres, que tanto assolaram a província, desencadeavam uma migração massiva de indivíduos oriundos das mais diversas localidades da província em busca de ajuda, fosse por parte daqueles mais abastados ou o “socorro” por parte do poder público.

No ano de 1877, a Província do Ceará foi acometida por uma seca com efeitos devastadores para população e para a economia local. No que diz respeito a essa calamidade climática, a mesma apresenta como pano de fundo um cenário onde se

¹³ Conferir o conceito de seca em ALPINO; FREITAS; COSTA, 2014, p. 109.

observava a presença do retirante sertanejo fugindo da catástrofe, podendo esse indivíduo ser considerado uma “peça” importante para o entendimento sobre a composição do povo cearense, estando presente em momentos de remodelações, seja do espaço, da identidade ou da economia provincial. Pois representou um importante momento onde as relações entre os poderes constituídos, encabeçados por uma classe abastada, e povo, entram em embate, onde o povo (a população pobre e desvalida) acaba mais uma vez sendo alvo direto do que viria a ser refletido sob o espectro de ações para o controle dos mesmos, em favor da “ordem social”.

Mesmo sendo uma área geográfica frequentemente acometida por esses desastres de ordem natural, a grande seca de 1877-1879 acaba se destacando e chamando a atenção diante dos números coletados e provocando a mobilização social de grupos da capital cearense. Segundo Dias (2019, p. 176), na província do Ceará o impacto foi mais forte, o que pode ser verificado pelo expressivo número de óbitos registrados e pelos movimentos migratórios. Mais do que um fenômeno natural, o desastre teve consequências sociais, econômicas e culturais, como podemos depreender do relato apresentado por Pontes (2014).

A grande seca de 1877-1879 não só esvaziou os reservatórios d'água de Fortaleza como trouxe graves efeitos sanitários para cidade. Desde, 1845, a província cearense não era assolada por este tipo de fenômeno climatológico. Nos três anos em que perdurou, a estiagem expulsou mais de 100 mil sertanejos para a Capital, então com cerca de 30 mil habitantes. A maior parte desses retirantes famintos e depauperados ficou abarracada nos subúrbios. Sofrendo com o calor tórrido, exposta às intempéries e ali vivendo sem qualquer resquício de higiene, a multidão foi fulminada por uma devastadora epidemia de varíola que dali irrompeu e ameaçou se alastrar pela cidade. (PONTES, 2014, p. 91).

A chegada dos retirantes à capital da província em volumosas caravanas significou para os poderes constituídos um marco no desenvolvimento de toda a província. Isso porque, além de lidar com pautas já então pensadas para modernizar a capital, agora se fazia necessário, com prioridade, tratar desses indivíduos que rumavam para Fortaleza em busca de sobrevivência, fugindo da seca e das enfermidades. A realidade desses

retirantes, fugidos da seca e das moléstias, em sua árdua caminhada em busca de “socorro” é muito bem retratada em alguns jornais da época, como podemos ver nessa passagem do jornal *O Retirante*, que descrevia o perfil daqueles que seriam os socorridos pelas medidas de assistência das instituições.

De um lado o sentido pranto da indigencia e do outro lado os estertores da agonia. Vacilam e fraquejam por toda a parte os nossos desalentados, desprotegidos e macerados irmãos, sobre a terra firme, como o enjoado e neophito passageiro, no tombadilho de um navio rebatado pelo furacão, n'um mar tempestuoso. Como verdadeiros embriagados tombam, cahem e morrem em aluvião nas estradas publicas, sem encontrar um marco miliario para repouzar por um instante siquer a cabeça transtornada. Os seus esquelitos corpos servem de imento aos vorazes abutres, que, funebremente atenmorizados baixam a terra e com elles se banqueteam da mesma forma, que os vermes sob as lages campanarias. Humanos caritativos, alerta! Não deixai perecer mais um só de vossos irmãos à carencia de uma migalha. (*O RETIRANTE*, 01 de julho de 1877, p. 01).

Esses corpos são entendidos na historiografia cearense e no estudo da história das secas, como corpos *desvalidos*. De acordo com Sousa (2015, p. 180) o termo “desvalido” foi empregado na primeira metade do século XIX, originalmente associado à violência. Contudo, a partir da seca 1877-1879, ele passou a servir predominantemente para designar todos aqueles indivíduos afligidos pela escassez de água e alimento durante os períodos de estiagem. Esses corpos passaram a representar uma parcela significativa da população da capital cearense, que se aglomeravam pela capital, residindo em moradias improvisadas onde não havia sequer meios de higiene básica, necessária para sobrevivência. Assim, acrescenta Sousa (2015, p. 182) que, ao longo das cinco secas ocorridas entre 1877 e 1932, houve a formação e o adensamento de um contingente populacional de migrantes que tiveram nas ruas da capital do Ceará e nos municípios onde foram instaladas comissões de socorros, diante de um cenário de adversidades.

Com a chegada inesperada da seca, o Governo Provincial não conseguiu adotar medidas preventivas para evitar a crise, logo, foi questão de tempo para que as funestas consequências passassem a fazer parte do cotidiano da capital. Com todo esse cenário caótico, setores da sociedade passaram a sofrer constantemente com os distúrbios

proporcionados pela seca, principalmente com as moléstias e aglomerações indevidas. Diante disso, uma das áreas bastante afetada foi a saúde pública, que estava intimamente ligada ao estado sanitário da província, que foi de pronto impactado de forma direta e brutal com a chegada desses milhares de retirantes ao espaço urbano.

A realidade do espaço urbano cearense é algo que se apresentava como diretamente associada à composição de uma lógica capitalista de construção do espaço, pois o sentido produtivo do espaço perpassa o nexo de dominação do trabalho humano pelo capital. A própria produção do espaço se dá através de relações sociais que vão além do puro dualismo homem-natureza, onde segundo Silva e Moraes (2018, p. 96) torna-se necessário um exame da própria formação social, no contexto de uma complexa estrutura organizada em instâncias econômicas, político-jurídicas e ideológicas, articuladas e determinadas pelas relações e fatores de produção dominados pelo capitalismo. Na província, é válido salientar que a utilização do espaço e todas as suas remodelações correspondem com as formas como foram sendo estabelecidas as redes de relações entre os retirantes e a lógica capitalista vigente. O espaço passa a ser um local modelado pelo capitalismo e suas classes que detêm o poder econômico que influenciam as ações para com os desvalidos, além do um produto do trabalho humano, uma vez que a produção do espaço se dá a partir das relações sociais.

A realidade urbana implica um centro, uma reunião de tudo o que pode nascer no espaço e nele ser produzido; um encontro atual ou possível de todos os “objetos” e “sujeitos”. Tais centralidades podem, inclusive, ser redefinidas, destruídas ou criadas na esteira de acumulações primitivas do espaço, mediante estratégias de valorização que canalizam, a seu favor, espacialidades até então “desinteressantes” ao capital. (PEREIRA; CAIAFFA; OLIVEIRA, 2021, p. 1045).

Produto dos grandes fluxos migratórios, essa relação entre retirantes e classe abastada acabara gerando uma intensa efervescência social na província. É possível analisar como o espaço urbano fortalezense foi acometido, nas palavras do próprio Presidente da Província, José Julio de Albuquerque Barros, em falas redigidas em relatórios entregues a capital do Império que serviam de justificava para as verbas investidas na província:

O estado sanitario da provincia nas condições climatericas em que ela se acha é bastante melindroso. A estação, rigorosamente calmosa, a agglomeração de povo em diversas localidades, a inobservancia das leis da hygiene que não são consultadas parecem haver despertado os focos de infeccção ou as causas morbidas que conspiram contra a salubridade publica. (RELATÓRIO, 1877, p. 11).

Com a situação se agravando com o passar do tempo, era questão de tempo para que a saúde pública passasse a ser afetada também de maneira incisiva. É válido ressaltar que toda concepção de hygiene no ambiente provincial estava muito ligada a práticas ainda coloniais, demonstrando um ambiente extremamente insalubre que acabava propiciando o surgimento de moléstias e o seu fácil alastramento. Quando é feita a junção desse argumento com o caos vivido em Fortaleza, não demoraria muito para que estas se fizessem presentes no cotidiano, trazendo consigo ainda mais desordem e conseqüentemente aumentando o obituário.

Logo que os efeitos da secca começaram a manifestar-se na provincia, appareceram nessas e em outras localidades febres infecciosas de diversos typos e natureza, formando por si só constituição medica reinante no primeiro semestre do anno de 1877. No segundo semestre desenvolveram-se febres intermitentes e remittentes com predominancia do elemento bilioso, que nesta capital e outros pontos eram de character grave e tornaram-se rebeldes aos mais poderosos auxilios da sciencia, ao mesmo tempo que a diarrehea, dysenteria, anasarca por discrasia do sangue e o beri-beri ceifavam numerosas e preciosas vidas. Quando assumi a administração estas enfermidades ja tinham a forma epidemica e, alimentadas por diversas causas, abriam immensos claros na população da provincia. Só nesta cidade falleciam de 3 a 4.000 pessoas por mez [...] a agglomeração da população em perimetros acanhados e infectos; a falta de asseio nas classes menos educadas; o uso de substancias nocivas á saude de que se alimentou por muito tempo a população faminta; a deficiencia e o natural viciamento da alimentação, especialmente das aguas e das carnes, concorrendo com ellas as materias organicas em decomposição dispersas nas cidades e nos campos. (FALLA, 1878, p. 36-37).

Com o passar do tempo, visando conter a aglomeração que se desenvolvera em decorrência da migração e a aparição de moléstias que acarretavam um elevado índice de mortalidade, o Governo Provincial iniciou uma série de medidas que foram adotadas visando o controle dessa população e um melhor ordenamento urbano para a capital

que não tinha a mínima estrutura para comportar a tamanha massa de retirantes. A primeira medida adotada pelo governo foi da criação das chamadas Comissões de Socorros em diversas localidades, com o intuito de organizar essa população e servir de intermediário entre o povo e administração.

O meu primeiro passo foi nomear comissões de socorros para as diversas localidades, organizando esses corpos collectivos, com funções próprias, de pessoas as mais prestigiosas, que servindo de intermediarios entre o povo e a administração, se constituíssem perante ella os procuradores de seus direitos, velassem por suas necessidades e promovessem a iniciativa da caridade particular que, em crises semelhantes, occupa a linha de honra em quanto não for extinto do coração humano o sentimento generoso dessa primeira virtude christã. (FALLA, 1877, p. 37)

Um outro mecanismo criado buscando manter sob controle a situação em relação aos emigrantes, que se recolhiam à Capital, foi a regularização dos serviços necessários à sua própria recepção: alojamento, socorros e tratamento. O presidente de então, o Sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, em seu Relatório (1877, p. 21) foi em busca de nomear cidadãos com um dito prestígio social para encabeçar essa ação, a quem incumbiu especialmente a distribuição dos socorros, com a construção dos chamados abarracamentos nas imediações da cidade, onde os retirantes seriam recolhidos pelos membros dessas comissões e divididos em 5 (cinco) distritos.

Esses espaços chamados de abarracamentos não passavam de uma espécie de acampamentos improvisados, que foram instalados pelo Estado para abrigar esses retirantes da seca de 1877, e onde estavam localizados mais de 100.000 mil indigentes, conforme relata o Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros (FALLA, 1878, p. 5). No entanto, esses locais também foram alvos de intervenções do próprio Estado devido às condições de vida encontradas nos mesmos, o que se configurava como um possível foco de outros problemas para província, tendo em mente o melindroso ambiente que se formava, a vasta aglomeração de pessoas em condições higiênicas precárias e o rápido contágio de doenças.

Mais de 200.000 emigrados do interior existiam agrupados nas cidades e villas do littoral. Esta capital carecia de asseio, suas praças e travessas estavam convertidas em abarracamentos, o lyceu, o quartel de policia, as escholas publicas, muitos outros predios em diversas ruas serviam de alojamento de retirantes, e em cada um delles se apinhavam centenas de individuos quasi inanidos. Os abarracamentos eram imundos, e não tinham commos sufficientes, nem enfermarias, e tudo fomentava a propagação das epidemias remantes. O mesmo se dava nos outros lugares em que se accumulara a população do interior. (FALLA, 1878, p. 37).

Portanto, a situação representava para o governo provincial uma série de problemas: uma cidade apinhada de sertanejos desvalidos vagando sem rumo, filhos que perdiam seus pais, a penúria da população; e por outro lado, o esforço saneador das elites políticas em transformar a cidade, aos moldes de uma Paris Tropical. De acordo com Oliveira (2019, p. 130), era necessário promover medidas estatais e assistenciais com o propósito de findar suas nefastas consequências ainda presentes no cotidiano da população, sobretudo da capital, Fortaleza. De forma que, nos anos de 1880, com uma efervescência intelectual atrelada a disputas políticas e uma desastrosa crise social na província, foram sendo produzidos discursos provinciais acerca da construção de espaços que atenderiam às mesmas expectativas dessas elites políticas e econômicas. De acordo com Madeira (2003, p. 2) essas instituições representavam a aglutinação de interesses do governo e das elites, na busca pela divulgação de seus esforços que supunham significar uma forma de ordenamento da vida civil.

Todo esse cenário e a magnitude dessa calamidade representava um momento chave no sentido de colocar em prática a construção de instituições de caráter assistencial, que ao que parece, vinham sendo acalentadas há certo tempo pelos administradores e intelectuais cearenses. O projeto de construção de instituições assistenciais visava oferecer resposta a uma situação de miserabilidade tida como um dos fatores para uma Fortaleza desordenada, e que atendia aos anseios das elites arrivistas. Buscando suprir tais interesses, a elite cearense começava a pôr em prática a construção de espaços que comportassem um grande número de pessoas e resultasse

em afastamento das áreas públicas, aqueles que eram vistos como representantes do atraso, da pobreza e “poluíam” a imagem da Fortaleza que se modernizava.

Essa elite representava em parte a chamada Mocidade Cearense¹⁴, que ao longo desse período ficou marcada pelos seus empreendimentos em prol da civilização da “regeneração social” desses desvalidos. Intelectuais que acreditavam ser os agentes do progresso social e que enxergavam nos cearenses tendências naturais ao desenvolvimento. Segundo Cardoso (2016, p. 84) o fenômeno das secas, típico do Ceará por estar geograficamente situado no semiárido brasileiro, foi um dos enunciados mais utilizados pela Mocidade Cearense na montagem da sua máquina discursiva. A representação era de indivíduos com corpos mais fortes e resistentes, capazes de vencer o meio físico e o social, superando as adversidades climáticas. Seguindo esse pensamento, os discursos construídos no período acerca do dilema cearense, para essa classe letrada, se configuravam como um projeto de suma importância, pois significava na prática a materialização dos ideais desse planejamento elitista.

A vista disso, os debates científicos dessa classe cearense voltavam-se para a questão da volumosa população que se acumulava nas ruas da capital, além de causas como a higiene, salubridade, emprego, doenças, educação dos órfãos e etc. Daí então, a partir desses embates foram colocadas em prática políticas de controle e disciplinamento dessa população com a criação de instituições e da utilização da mão de obra migrante, sendo rigorosamente controlada nas construções espalhadas por toda província, conforme é relatado pelo Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará (FALLA, 1880, p. 40). Mais à frente fica claro que esse controle se voltou também para a exploração dos corpos visando a utilidade produtiva destes, em um sentido capitalista que se expandia na época. Na lógica de um capitalismo predatório, esse indivíduo precisava ser rentável para o sistema e para quem o controla,

¹⁴ Segundo Cardoso (2016, p. 14) representava uma geração de intelectuais que compuseram o denominado “movimento de 1870”, o movimento abolicionista e o movimento republicano “de última hora” no Ceará, com atuação centrada em Fortaleza. Fundaram entidades literárias, científicas e filosóficas, como a Academia Francesa do Ceará (1872- 1875), o Clube Literário (1886-1888), o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (1887), a Academia Cearense (1894-1922) e o Centro Literário (1894-1904).

neste caso, a elite econômica cearense, buscando por um lado desenvolver o próprio Estado, mas principalmente representando vantagens individuais para as famílias que compunham essa classe. Percebe-se então que a seca se revelava como algo gerador de capital para essa elite.

Essa classe identificava a composição e formação de espaços de assistência como sendo uma espécie de laboratório civilizatório de formação do povo. É oportuno ressaltar o trabalho de Mattos (1987), em sua obra *O Tempo Saquarema*, onde o mesmo destaca que esses espaços podem ser entendidos como locais para a aglutinação e incorporação de segmentos à classe senhorial e ao Estado imperial, na perspectiva do seu estudo, sendo compreendido na forma do chamado "laboratório saquarema" de formação do popular. Diante disso, o contexto em que se apresentava o Ceará provincial de 1877, com toda a massa de retirantes em busca de medidas assistenciais, passa a fazer parte desse foco civilizatório por parte da elite cearense, em uma espécie de laboratório social, onde se poderia observar os aspectos referentes aos retirantes desvalidos e como estes se encaixariam a uma norma capitalista vigente, onde a utilização dos mesmos poderia ser em prol da modificação do espaço urbano e, conseqüentemente, ganho dessa classe.

É importante ressaltar que esses dispositivos disciplinares de poder visavam, segundo Foucault (1987, p. 164) a construção de um sujeito "dócil" e produtivo para a sociedade, através de um controle social dos corpos vigiados em instituições disciplinadoras. Entende-se por controle social o conjunto de mecanismos de intervenção que cada sociedade ou grupo possui e que são usados como forma de garantir a conformidade do comportamento dos indivíduos. Essas ferramentas de controle social induzem a conformidade do sujeito com a sua nova realidade, visando a construção de um sujeito dócil, útil e submisso à ordem estabelecida sendo possível apenas por meio de processos "disciplinadores", nos quais o corpo e a mente do sujeito são moldados de acordo com o que é "importante" ao meio social.

Por conseguinte, surge a figura das instituições disciplinadoras, espaços onde os indivíduos que ali permanecem vivem sob o controle regado e vigiado dos chefes desses

locais, em uma espécie de sistema panóptico, onde segundo Foucault (1987, p. 219) se tornam produtos desse processo, onde quando bem-sucedido, resulta em um sujeito dócil e “útil” ao seu contexto social. Temos como exemplo o surgimento de espaços, financiados em sua grande parte por filantropos do período, como a Colônia Orfanológica Christina (1880), Asilo de Mendicidade (1889) e Asilo de Alienados São Vicente de Paula (1886), e que seriam frutos desse contexto turbulento do ano de 1877 pelo qual passou a capital cearense. No tocante a essa temática, Foucault (1987, p. 223) ainda explica sobre a existência de todo um conjunto de técnicas e de instituições que assumem como tarefa medir, controlar e corrigir os anormais, fazendo funcionar esses dispositivos disciplinares.

Obras construídas por vezes com recursos do Estado e outras com o auxílio integral ou parcial de atores que compunha a elite abastada fortalezense movida por um suposto patriotismo, sendo estes muito aclamados pelos periódicos e outras publicações daquela época, além de se manterem presentes nos discursos dos presidentes de província e estarem sempre incluídos nas decisões dos mesmos. Alguns desses atores e até mesmo os principais financiadores de obras assistenciais no período buscavam de certa forma uma espécie de “redenção social”, algo que os deixassem marcados na história cearense como provedores da assistência e caridade. Tanto que os mesmos receberam diversas homenagens, seja dos presidentes de província, historiadores, memorialista ou até nas páginas dos jornais de grande circulação.

Considerações finais

Os processos imigratórios que aconteciam para a região do Cariri cearense, nos períodos de seca, devido a própria construção da região como um lugar de refrigério, e o costume dos trabalhadores pobres de migrarem para regiões de serras no período de longas estiagem, sofreram mudanças devido as transformações sobre o uso da terra que aconteceram durante o século XIX, principalmente no que se refere à Lei de terras de 1850, que foi um marco dessas transformações. Assim, o costume desses trabalhadores

de buscarem essa região como refúgio é alterado primeiramente pelas mudanças em relação à terra; segundo por um novo modo de usar a terra para uma agricultura voltada para o mercado; e terceiro pelas próprias condições adversas da seca, que “escancarou” essas relações. Assim, esses trabalhadores ao chegar nessa região, não encontravam mais terra e trabalho, tendo que buscar formas de resistência coletivas ou individuais para pressionar o governo e a elite local por medidas assistenciais, para sua própria sobrevivência. Não encontrando, passaram a migrar rumo ao litoral em busca desses meios de subsistência.

O processo de ocupação da capital da província no ano de 1877 acabou sendo marcado pelos fatores supracitados, onde destacam-se o aparecimento de moléstias de natureza epidêmica e a calamidade climatérica da seca do mesmo ano, o que acabou acarretando em uma migração desenfreada rumo a capital da província, em busca de “socorro”. Fortaleza, então encarou de perto as consequências do “flagelo” causador desses grandes fluxos migratórios para a então capital, o que constituiria fatores de desagregação da vida econômica e social cearense e agravava ainda mais a situação miserável de boa parte da população que se encontrava sem trabalho, sem moradia, desassistida pelos poderes constituídos.

Tendo em vista todo o processo civilizador observado na época, que amparava práticas isolacionistas dos indivíduos ditos indesejáveis, além de um cenário composto por secas, fluxos migratórios e anseios desenvolvimentistas, urge a construção de espaços assistenciais, visando o controle e o ordenamento desses corpos, e a utilização destes como mão de obra para a nova reconfiguração do espaço, nos moldes capitalistas, o que viria a ser amparado em discursos provinciais divulgados por periódicos da época, livros memorialistas e no próprio imaginário popular perpassando as decisões dos governantes.

Nessa perspectiva, buscando assimilar o pensamento modernizador europeu que pairava sobre as mais abastadas classes cearenses e as medidas para lidar com o controle social dessa volumosa horda de imigrantes, que rumavam diariamente para a capital, se fez necessário entender as medidas que foram estabelecidas por esses atores com voz

perante a sociedade cearense, e como estes a utilizaram com toda sua influência. O entendimento desses acontecimentos que permeavam a população provincial no período implicava no reconhecimento sobre estruturas e mudanças sociais, os deslocamentos de populações e as reações societárias, que acabavam por constituir mecanismos estatais ou individuais em um processo de construção de identidade do povo cearense.

Referências

Fontes:

FALLA. Falla com que o Exmo. Sr. Dezembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, Presidente da Provincia do Ceará, abriu a 2.a sessão da 23º Legislatura da respectiva Assembléa no dia 2 de julho de 1877.

FALLA. Falla com que o Ex. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, Presidente da Provincia do Ceará, abriu a 1º sessão da 24º Legislatura da Assembleia Provincial, no dia 01 de novembro de 1878.

FALLA. Falla com que o Exm. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará, abriu a 1º Sessão da 25º Legislatura da Assembleia Provincial no dia 01 de julho de 1880.

O *RETIRANTE*. Fortaleza, 01 de julho de 1877, p. 01.

O Cearense, 1877, edição 00014, Acervo digital da Biblioteca Nacional.

O Cearense, 1877, edição 00015, Acervo digital da Biblioteca Nacional.

O Cearense, 1877, edição 00032, Acervo digital da Biblioteca Nacional.

O Cearense, 1877, edição 00046, Acervo digital da Biblioteca Nacional.

O Cearense, 1877, edição 00048, Acervo digital da Biblioteca Nacional.

O Cearense, 1877, edição 00064, Acervo digital da Biblioteca Nacional.

O Cearense, 1877, edição 00089, Acervo digital da Biblioteca Nacional.

RELATÓRIO. Relatório com que o Exm. Sr. Dezembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa passou a administração da Provincia do Ceará ao Ex. Sr. Coselheiro João José Ferreira D'Aguiar Presidente da mesma província em 23 de novembro de 1877.

REFERÊNCIAS:

ALPINO, T. M. A.; FREITAS, C.M.; COSTA, A. M. Seca como um desastre. **Ciência & Tropico**, v. 38, p. 109-134, 2014.

AMADO, J. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n.5, p. 145-151, 1995.

- ARAÚJO, Emanuel. **Tão Vasto, Tão Ermo, Tão Longe: o Sertão e o Sertanejo nos Tempos coloniais**. In: DEL PRIORE, Mary (org.). Revisão do Paraíso. Rio de Janeiro, Campus, 2000, p.45-92.
- BRUNO, Artur; FARIAS, Airton de. **Fortaleza: Uma Breve História**. Fortaleza. INESP, 2011. 220 p.
- CARDOSO, G. P. **Práticas letradas e a construção do mito civilizador: luzes, seca e abolicionismo em Fortaleza (1873-1904)**. Fortaleza: EdUECE/ Museu do Ceará, 2016. v. 200. 158 p.
- CASTRO, José Liberal de. Arquitetura no Ceará: O século XIX e algumas antecedências. **Fortaleza: Revista do Instituto do Ceará**, 2014, 09-68 p.
- CASTRO, Antônio Bassos de. A herança regional no desenvolvimento brasileiro. **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro, 1971.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: Momentos decisivos**. 7. ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.
- CUNHA, G. H. M. Ensaio sobre a economia da província do Ceará durante do século XIX. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, v. 9, p. 98-111, 2018.
- DIAS, D. J. C. Mortalidade e migração no período da seca de 1877-1879 na freguesia de São José (Fortaleza/CE). **RESGATE - Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 27, 2019, p. 175-194.
- FERNANDES, Ana Carla S. **A Imprensa em pauta: Entre as contendas e paixões partidárias dos jornais: Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX**. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História Social defendida na Universidade Federal do Ceará, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- FONSECA, Ricardo Marcelo. A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, v. 44, 2006.
- IRFFI, A. S. Cortez. O alto sertão: as definições de uma região nas Províncias do Norte. In: História social dos sertões. Reis Junior, Ana Sara Cortez Irffi, Maria Ardeilma F. de Sousa, Antônio José de Oliveira (Orgs.). Curitiba: CRV, 2018, 238 p.
- LINHARES, Maria Yedda. Região e História agrárias. **Revista Estudos Históricos**, v. 8, n. 15, p. 17-26, 1995.
- MADEIRA, M. G. L. A educação pela caridade no Império em Fortaleza. O abrigo de crianças na Colônia Cristina. In: XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – HISTÓRIA, ACONTECIMENTO E NARRATIVA, 2003, João Pessoa - PB.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Squarema**. São Paulo: HUCITEC. Brasília: INL, 1987.
- MORAES, Everton Gonçalves; SILVA, Paulo Henrique Tavares da. O Espaço Urbano e o capital: Uma análise a partir do preceito constitucional da cidade. **Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade**, v. 4, p. 95-112, 2018.
- MONTENEGRO, Abelardo F. **Os partidos políticos do Ceará**, Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará, 1980.

NEVES, F. C. **A multidão e a história:** Saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fortaleza-CE. Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

_____. **Desbriamento e Perversão:** Olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877. Projeto História (PUCSP), São Paulo, v. 27, p. 167-189, 2003.

_____. **A miséria na literatura:** José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará. Tempo, v. 11, p. 80-97, 2007, p. 83.

_____. Transformações nos usos da terra (Ceará, século XIX). In: **História social dos sertões.** Reis Junior, Ana Sara Cortez Irffi, Maria Ardeilma F. de Sousa, Antônio José de Oliveira (Orgs.). Curitiba: CRV, 2018, 238 p.

OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. **O traço do personalismo das instituições assistenciais:** doadores, doações e projeção social no Ceará oitocentista. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.26, supl., dez. 2019, p. 129-145.

PEREIRA, Doralice Barros; CAIAFFA, Waleska Teixeira; OLIVEIRA, Veneza Berenice de. Saúde e espaço urbano: entrelaces de saberes em contexto de pós-graduação. **Cadernos Metrópole (PUCSP)**, v. 23, p. 1039-1060, 2021.

PONTE, S. R. B. **Fortaleza Belle Époque:** Reforma urbana e controle social 1860-1930. 5. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2014. 224 p.

REIS JR, D. O. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX.** 2014. 304f. – Tese (Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza (CE), 2014.

REIS JR, D. O.; IRFFI, A. S. R. P. C. (Org.); OLIVEIRA, A. J. (Org.); SOUSA, M. A. F. (Org.). **História Social dos Sertões.** Curitiba: CRV, 2018. v. 1. 238 p.

SALLES, R. **O Império do Brasil no contexto do século XIX.** Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. Almanack, v. 1, p. 5-45, 2012.

SCOTT, James C.; DE MENEZES, Marilda A.; GUERRA, Lemuel. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes: revista de ciências sociais e econômicas**, v. 21, n. 1, p. 10-31, 2002.

SOUSA, J. W. de F. Secas e Socorros públicos no Ceará. Revista Projeto História, São Paulo: n. 52, jan.-abr. 2015.

VAINFAS, Ronaldo (org.) **Dicionário do Brasil Colonial.** Rio de Janeiro, Objetiva, 2000.

VILLA, Marcos Antonio. **Vida e Seca nos Sertões: História das secas no Nordeste séc. XIX e XX,** São Paulo, Ática, 2000.

VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. **Entre Paredes e Bacamartes: História da família no sertão (1780-1850)** – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2008.

Os Autores

Thiago Alves da Silva

Universidade Estadual do Ceará

Francisco Leonardo Silva Alencar

Universidade Estadual do Ceará

Recebido em 11/2022 • Aprovado em 01/2023 • Publicado em 02/2023